

## PELA CONSERVAÇÃO DAS MARCAS DA DOR FOR THE PRESERVATION OF MARKS OF DISTRESS VITOR GARCIA, ELINE CAIXETA

**Vitor Cavalcanti Garcia** é Arquiteto e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade da Universidade Federal de Goiás (UFG). Estuda intervenções no patrimônio cultural arquitetônico. vitor\_garcia@discente.ufg.br

<http://lattes.cnpq.br/7786671110239394>

**Eline Maria Mora Pereira Caixeta** é Arquiteta e Doutora em História da Arquitetura e da Cidade. É Professora Associada da Universidade Federal de Goiás (UFG) e do Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade da mesma instituição, onde coordena pesquisas sobre História da Arquitetura e do Urbanismo Modernos, cultura arquitetônica e suas relações com o projeto, a construção e a apropriação do espaço edificado e urbano (séculos XIX, XX e XXI), arquitetura brasileira, patrimônio histórico e cultural, paisagem e morfologia urbana. eline.caixeta@ufg.br

<http://lattes.cnpq.br/5246618096427219>

ARTIGO SUBMETIDO EM 15 DE AGOSTO DE 2022

Como citar esse texto: GARCIA, V. C.; CAIXETA, E. M. M. P. Pela conservação das marcas da dor. **VIRUS**, n. 24, 2022. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v24/705/705pt.php>. Acesso em: dd mês. aaaa.

## Resumo

Este artigo aborda o tema das intervenções em patrimônios arquitetônicos avariados por desastres. Observamos em casos recentes um pensamento hegemônico de maior valorização dos aspectos estético-materiais destas obras que resultou na reconstrução das edificações a um estado anterior ao incidente, eliminando as marcas dos sismos. Nosso objetivo é rediscutir esse modo de preservação por uma perspectiva contra-hegemônica, isto é, defender uma abordagem interventiva que conserve essas marcas. Para tanto, a metodologia adotada envolveu o estudo de dois recentes casos de intervenção em edificações danificadas por calamidades, o do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, Brasil, e o da Catedral de *Notre-Dame*, em Paris, França, e uma revisão bibliográfica sistemática e transdisciplinar sobre a concepção de memória. Desse estudo, concluímos que os sinais dos desastres são marcas da dor capazes de reavivar a memória da dor provocada pelos desfortúnios. Sem elas, perdemos a fonte de rememoração do acontecido. A ausência de memória tem como consequência o esquecimento, que, por sua vez, desperta a ameaça da repetição do fato deslembado. Portanto, vemos nas marcas incrustadas no patrimônio arquitetônico um caminho para não olvidarmos desses infortúnios e, assim, constituir meios para não se repetirem. Por isso, sustentamos que intervenções dessa natureza as conservem.

**Palavras-chaves:** Patrimônio arquitetônico, Desastres, Intervenção, Memória, Esquecimento

## 1 Introdução

Este artigo aborda o tema da preservação no patrimônio arquitetônico sob a ótica das intervenções em arquiteturas avariadas por desastres causados pela ação do homem. Uma vez examinados recorrentes eventos recentes, observamos casos nos quais existe um pensamento hegemônico de maior valorização dos aspectos estético-materiais das edificações, em detrimento de outros significados que podem ser associados ao bem. Esta postura resultou na reconstrução dos edifícios a um estado anterior ao incidente, eliminando as marcas dos sismos incrustadas em sua matéria. Nosso objetivo é rediscutir esse modo de preservação, opondo-nos a ele ao demonstrar como o apagamento dos sinais dos infortúnios pode levar à reincidência de tragédias. Em vista disso, e a partir de uma perspectiva contra-hegemônica, nosso intuito é defender uma abordagem interventiva antagônica, isto é, uma que conserve essas marcas.

Para tanto, parte da metodologia adotada envolveu o estudo de dois recentes casos de intervenção em edifícios gravemente assolados por incêndios: o do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, Brasil, destruído em 21 de dezembro de 2015; e o da Catedral de *Notre-Dame*, em Paris, França, avariado em 15 de abril de 2019. Alicerçados em referências bibliográficas e publicações de jornais e revistas em meio eletrônico, evidenciamos como a proposta interventiva resultou no apagamento intencional dos sinais da tragédia. Em sequência, empreendemos uma sistemática revisão bibliográfica sobre a concepção de memória. Numa abordagem transdisciplinar, exploramos textos de viés teórico da sociologia, antropologia, filosofia e história para compreender como se associam espaço construído e memória (especificamente a memória da dor) e a relação causal entre esquecimento e repetição.

Ademais, identificamos casos de edifícios danificados por tragédias nos quais a proposta interventiva, de alguma forma, conservou os indícios do desastre. Por fim, confrontamos as informações para construir uma reflexão teórico-crítica sobre os efeitos do apagamento das marcas da tragédia para a memória e suas consequências para a preservação do patrimônio arquitetônico. Organizamos essas ponderações em quatro seções: na primeira, correlacionamos os indícios materiais das tragédias com a memória; na segunda, examinamos como as intervenções no Museu da Língua Portuguesa e na Catedral de *Notre-Dame* suprimem esses sinais; na terceira, analisamos os possíveis imbróglis dessas obliterações; e, na quarta, pautamos nossos argumentos em defesa da conservação dessas marcas.

## 2 Patrimônio arquitetônico e memória (da dor)

Memória, espaço e lugar são noções recorrentemente correlacionadas. Halbwachs (1990), por exemplo, considera que a memória só existe se for desenvolvida em um quadro espacial. Segundo o autor, essa relação é necessária pois nossas impressões são voláteis, não permanecem em nossa mente, mas o espaço, que é uma realidade durável, nos possibilita

recuperar lembranças do passado, pois ao voltarmos nossa atenção para o meio material que nos cerca, lembranças reaparecem. Conforme Halbwachs (1990), essas reminiscências ocorrem por estarmos sempre inseridos em um espaço, que é transformado à nossa maneira, ao mesmo tempo em que nos sujeitamos e nos adaptamos aos objetos materiais que resistem a nós. Assim, ao firmarmos nossas marcas no espaço, essas evocam nossas lembranças, constituindo um quadro onde podemos localizar nossas memórias.

Associação similar se revela em Nora (1993, p. 21), quem instituiu o termo “lugar de memória”, locais reais ou imaginários, materiais ou imateriais, carregados de uma vontade de rememoração. Para Neves (2007), eles dispõem de três acepções: lugares materiais onde a lembrança se respalda e pode ser assimilada pelos sentidos; lugares funcionais por terem ou adquirirem a incumbência de embasar recordações; e lugares simbólicos onde a memória coletiva se expressa e se revela. Segundo Pollak, dentre esses locais de rememoração analisados por Pierre Nora, “incluem-se evidentemente os monumentos, [...] o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida” (POLLAK, 1989, p. 03).

Não buscamos, aqui, abordar juízos críticos sobre a conformação dessas noções. Apenas tomamos a discussão promovida por esses autores como ponto de partida para enfatizar que uma das finalidades do patrimônio arquitetônico é ser um suporte mnemônico para mobilizar valores de memória. Dentre esses valores, Santiago Júnior (2015) destaca alguns mais habituais, como os estipulados por Alois Riegl em seu *Denkmalkultus*, de 1903: o valor de antiguidade, em que o edifício propicia a marcação da passagem do tempo; o valor de comemoração, onde a obra proporciona a elaboração de um sentido de continuidade com um passado finalizado; e o valor histórico, em que o bem permite a construção de uma narrativa do passado (RIEGL [1903] 2014).

Contudo, procuramos versar sobre uma memória de natureza diversa, até então menos considerada pela conjuntura patrimonial, mas que também vem encontrando seu espaço de vinculação com os bens patrimoniais. Trata-se da “memória das tragédias”, referenciada por Candau como aquela relacionada aos sofrimentos, às dores e aos infortúnios, por ele considerada como uma memória forte que “deixa traços compartilhados por muito tempo por aqueles que sofreram ou cujos parentes ou amigos tenham sofrido” (CANDAU, 2021, p. 151), à qual nos referiremos, ao longo deste texto, como memória da dor.

Rubino (2021), em um webinar organizado pelo Comitê de Patrimônio e Museus da Associação Brasileira de Antropologia, em 2021, nos relata um caso emblemático dessa conexão entre patrimônio arquitetônico e memória da dor: o do tombamento do conjunto de edifícios que abrigou o DOI-CODI, localizado em São Paulo, SP. Ao abordar sobre o pleito que levou, em 2014, à tutela desse bem pelo CONDEPHAAT, a autora salienta que a construção foi reconhecida não por dispor de importância plástico-arquitetônica, mas por ser um suporte material de memórias difíceis, de violência, de tortura e de repressão. Atravessando o tempo e a redemocratização, o conjunto se tornou um local de rememoração e de homenagem de vítimas desaparecidas durante o período do Regime Militar, ou seja, de recordação de uma memória de dor. Esse exemplo evidencia, portanto, como o patrimônio arquitetônico possibilita evocar uma memória relacionada à dor causada pela violência humana.

Neste artigo discorreremos sobre sua capacidade de reavivar uma outra essência de dor, a dor da perda de simbólicas edificações que foram destruídas por eventos calamitosos. Aludimos aos dois casos de edifícios que, em um espaço temporal inferior a cinco anos, foram gravemente assolados por incêndios: o do Museu da Língua Portuguesa e o da Catedral de *Notre-Dame*. Esses incêndios provocaram prejuízos materiais inestimáveis, como pautou Mendes (2020). No Museu da Língua Portuguesa, o teto de madeira ruiu e o segundo e terceiro pavimentos foram inteiramente destruídos. Na Catedral de *Notre-Dame*, além da supressão de elementos multicentenários, como dois terços da cobertura em estrutura de carvalho e de três rosetas do século XII, o pináculo projetado por Eugène Viollet-le-Duc, com mais de 45 metros de altura e um dos elementos mais simbólicos da construção, desabou. Paralelamente, muitos dos valores correlacionados, que partem da imaterialidade por detrás dos significados desses bens, saem enfraquecidos, com risco de serem preteridos.

Tais avarias deixaram suas marcas incrustadas na matéria dessas construções: sinais das chamas nas alvenarias, objetos carbonizados, exposição de substratos construtivos e lacunas dos mais variados modelos e dimensões. Alicerçados em Halbwachs (1990) e Nora (1993), entendemos que são essas marcas – aqui denominadas de marcas da dor – que possibilitarão a nós e às próximas gerações, como indivíduos e coletividade, evocar as lembranças desses acontecimentos

e, assim, reacender a memória da dor. Isto é, reativar a recordação das tragédias e dos pesares associados a elas. Referimo-nos à dor da perda de um passado, de patrimônios afetivos e simbólicos, de objetos que nos conectam enquanto coletividade, além dos sentimentos ativados por essas dores, como o de impotência e o de ressentimento diante o momento de negligência com o patrimônio cultural<sup>1</sup>.

Após desastres desta classe, a tendência natural dos órgãos patrimoniais, do meio político e da sociedade é clamar por uma intervenção no bem. Almeja-se ressuscitar o objeto que pereceu – independentemente do interesse que possa estar relacionado a esse desejo (cultural, pessoal, econômico, político etc.). Mas, o que veremos, a partir desses dois casos, é uma propensão de adotar como medida interventiva a reconstrução total do bem a seu estado anterior ao incêndio, apagando as marcas da dor que resultaram do sinistro.

### 3 O apagamento das marcas da dor

São muitos os debates sobre o que fazer após um patrimônio arquitetônico ser atingido por um acidente de grandes proporções. Criam-se antagonismos entre os que defendem uma reconstrução total do bem, os que consideram que ele deve permanecer em estado arruinado e os que buscam inserções contemporâneas nos espaços remanescentes, por exemplo. Trataremos, aqui, da intervenção no Museu da Língua Portuguesa, já concluída, e na Catedral de *Notre-Dame*, em andamento. Propomos expor como, nesses dois casos, um pensamento hegemônico de maior valorização dos aspectos estético-materiais das edificações levou à adoção da linha de reconstrução ao idêntico e como essa solução apaga as marcas da dor presentes nesses patrimônios.

O primeiro caso, o Museu da Língua Portuguesa foi implantado na antiga ala administrativa da Estação da Luz, em São Paulo, construção inaugurada oficialmente em 1901. Segundo Kühl (2018), em 1946, essas instalações já haviam sido danificadas por um incêndio e os serviços executados para recuperá-las trouxeram consideráveis modificações à construção. Décadas depois, Paulo e Pedro Mendes da Rocha desenvolveram o projeto para o Museu, inaugurado em 2006. Kühl (2018) relata que o projeto concebido envolveu intervenções bastante incisivas nas áreas internas da construção histórica, como extensas demolições nas compartimentações, modificações de acabamentos e reorganização de circulações horizontais e verticais. Por outro lado, a área externa do bem recebeu tratamento contrário, preservando sua composição. Independente das inegáveis qualidades estéticas, funcionais e museológicas da proposta, sob o olhar patrimonial, a autora assimilou a intervenção como um fachadismo, isto é, um tipo de ingerência que conserva apenas a parte externa do bem, desconsiderando o interior do edifício.

Trinta dias após o incêndio de 2015, que liquidou a composição inaugurada em 2006, o governo do Estado de São Paulo assinou um convênio com a Fundação Roberto Marinho para reabilitar o Museu. A proposta para o espaço, desde esse momento, já estava delineada: reconstruir suas instalações, tomando como base o projeto arquitetônico que orientou a intervenção de 2006, realizando as atualizações necessárias (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2016). E foi exatamente esse o lugar reinaugurado em 31 de julho de 2021: uma nova versão do projeto de 2006, dessa vez concebida exclusivamente por Pedro Mendes da Rocha, com alterações pontuais para aprimorar as deficiências do Museu relatadas em seus dez anos de funcionamento (UIA2021RIO, 2021).

Essa terceira intervenção (2016-2021) em muito se aproxima do conceito italiano *com'era, dov'era*. Traduzido para o português, como era, onde estava, Lagunes (2011) explica que a expressão tem origem no caso de reconstrução da torre sineira de Veneza, que colapsou em 1902 e que foi reconstruída no mesmo local e com as mesmas características formais de antes da queda. Ou seja, o Museu da Língua Portuguesa, hoje, com exceção de algumas atualizações funcionais pontuais, voltou a possuir as mesmas características físico-materiais que apresentava antes do incêndio de 2015<sup>2</sup>. Mesmo

<sup>1</sup> Existem diferenças na escala do impacto de cada tragédia. Por ser o ícone da arquitetura gótica, símbolo francês, descrito e mencionado em livros e filmes, a comoção em torno do incêndio da *Notre-Dame* foi global. Já no Museu da Língua Portuguesa, o abalo foi local, provavelmente maior entre moradores de São Paulo e aqueles envolvidos na preservação patrimonial. Nem por isso, deixaram de causar dores de mesma essência, embora em intensidades e públicos distintos.

<sup>2</sup> Indagamos sobre o que se buscou preservar com essa intervenção. A antiga estação ferroviária no imaginário urbano paulistano, através de sua fachada? A intervenção contemporânea e o funcionamento do Museu? Em outras palavras, buscou-se preservar um passado ou uma contemporaneidade?

que, segundo Delaqua (2019), peças de madeira que sobreviveram ao desastre tenham sido reutilizadas, elas receberam tratamento que eliminaram qualquer sinal da combustão. Nesse processo, todas as marcas deixadas pelo fogo, todas essas marcas da dor resultantes da tragédia, foram apagadas e o edifício voltou a ter aparência de novo, como se nada tivesse ocorrido.

A intervenção na Catedral de *Notre-Dame* caminha para um resultado similar. De acordo com Singh-Kurtz (2020), poucos dias após o incêndio de 2019, o ex-primeiro-ministro francês, Édouard Philippe, anunciou que Paris realizaria um concurso internacional para definir uma solução para a cobertura destruída. Philippe anunciou que o governo francês estava à procura de uma proposta que se adaptasse às técnicas e desafios de nossa era, conceito que o presidente Emmanuel Macron considerou como um gesto arquitetônico contemporâneo para tornar a *Notre-Dame* “ainda mais bonita” (PHILIPPE apud SINGH-KURTZ, 2020). Em pouco tempo, vimos surgirem inúmeras ideias para o local, muitas inserindo elementos contemporâneos à quase milenar construção gótica. Voien (2019) relacionou algumas delas, como a sugestão do grupo espanhol *POA Studio* de uma estrutura de vidro translúcida que recriasse, através de uma materialidade etérea, o volume antes ocupado pelo pináculo e a proposta da equipe sueca *ULF Mejergrén Architects* de aproveitar o espaço surgido na cobertura da igreja para se instalar uma piscina para uso público.

No entanto, ainda segundo Singh-Kurtz (2020), por volta de julho de 2020, Macron retrocedeu em seu apoio à uma inserção contemporânea. Por pressão de arquitetos, acadêmicos e dos próprios parisienses, a proposta para a Catedral passou a ser a de restaurá-la, da maneira mais consistente possível, a seu último estado completo conhecido. Inclusive, o Senado Francês aprovou uma lei exigindo a fiel reconstrução da *Notre-Dame* a seu último estado visual antes do incêndio. Nisso, o templo cristão vem sendo reconstruído com as mesmas formas, materiais e técnicas tal e qual estava antes do desastre. Logo, o produto das intervenções na Catedral de *Notre-Dame* terá o mesmo seguimento do Museu da Língua Portuguesa: o total apagamento dos sinais que o incêndio incrustou na matéria da Catedral, a absoluta eliminação das marcas da dor do fatídico 15/04/19, consolidando, em seu lugar, uma igreja *com’era, dov’era*.

Nos dois casos, inferimos que, a despeito dos numerosos debates relativos aos aspectos imateriais e transcendentais do patrimônio<sup>3</sup>, persiste um pensamento hegemônico de maior valorização dos aspectos estético-materiais das edificações, em desfavor de outros. Ou seja, naturalizou-se no corpo social o desejo de restituir a unidade estilística da edificação em detrimento de outros significados que essas arquiteturas danificadas poderiam emanar, como a lembrança da dor. Assim, foi a partir desta postura preponderante que se determinou, entre outras ações, a limpeza e a recomposição de superfícies, o preenchimento de lacunas e o refazimento de elementos perdidos, ou seja, a reconstrução dos bens ao idêntico estado anterior aos seus respectivos incêndios.

#### 4 O esquecimento da dor

O que agora visamos explorar são as possíveis consequências dessas posturas à preservação do patrimônio arquitetônico. Como enfatizamos, Halbwachs (1990) reiterava que as marcas deixadas na matéria são valiosas para constituirmos nossa memória. Logo, caso o espaço deixe de apresentar as marcas que reacendem lembranças, elas correrão o risco de desaparecer. É essa conjuntura que visualizamos nas propostas de intervenção tanto do Museu quanto da Catedral como os sinais que estão sendo assolados são os que definimos como as marcas da dor, deixarão de existir nas edificações os indícios que teriam maior probabilidade de constituir o quadro no qual pudéssemos localizar as lembranças do ocorrido. Assim, a memória da dor poderá desvanecer.

E quando a memória se desfaz, um fenômeno oposto emerge em seu lugar: o esquecimento. Como cita Ricœur (2007, p. 423-424), “o esquecimento continua a ser a inquietante ameaça que se delinea no plano de fundo da fenomenologia da memória”, por isso, “a própria memória se define, pelo menos numa primeira instância, como luta contra o esquecimento”. Candau (2021, p. 125) complementa afirmando que “não satisfazer a memória é expor-se ao risco do desaparecimento”, pois o esquecimento, inimigo da memória, impõe-se sempre sobre as lembranças. Portanto, prosseguindo nesse raciocínio,

<sup>3</sup> Como, por exemplo, a 32ª sessão da Conferência Geral da Unesco, realizada em Paris, em 2003, em que se concebeu a ‘Convenção para a salvaguarda do patrimônio imaterial’.

um dos possíveis efeitos da diluição da memória decorrente do apagamento das marcas da dor nas intervenções realizadas no Museu e na Catedral seria, justamente, o esquecimento da dor das já mencionadas perdas decorrentes das tragédias.

Em consequência, ao obliterarmos esses infortúnios, também olvidaremos como eles espelham a fragilidade de nosso patrimônio arquitetônico: poucas horas foram necessárias para destruir partes de edifícios que levaram anos para serem erguidas e que permaneceram íntegras por décadas. Juntamente, esqueceremos que as causas desses desfortúnios são ínfimas. No Museu da Língua Portuguesa, laudo do Instituto de Criminalística da Polícia Civil de São Paulo concluiu que o fogo foi causado por defeito em um único holofote do prédio (TOMAZ, 2019). Enquanto na Catedral de *Notre-Dame*, embora a causa definitiva do incêndio não tenha sido esclarecida, também se suspeita de panes elétricas iniciadas no pináculo abatido (THOMPSON, 2021). Melhor dizendo, esqueceremos como algo tão mínimo como um curto elétrico pode causar tamanha destruição.

Ademais, com a supressão da recordação da vulnerabilidade desses monumentos antigos, apontamos para uma possível negligência no cuidado e manutenção das edificações históricas. Numa analogia antropomórfica, a arquitetura também se torna senil e passa a necessitar, a cada dia que passa, de mais exames preventivos para identificar e corrigir problemas. Mas, ao olvidarmos que fenômenos tão diminutos podem ocasionar tamanha devastação, também poderemos nos esquecer da importância de realizar manutenções programadas nas construções para corrigir essas falhas antes que a tragédia ocorra. E o que mais presenciemos, pelo menos em nosso contexto político-social, são cenas de descaso com nosso patrimônio, incluindo o crescente desmonte das iniciativas públicas que visam proteger esses bens, o que torna esses monitoramentos periódicos ainda mais essenciais para sua preservação.

Por isso, fazemos aqui uma digressão e indagamos se essas intervenções tão incisivas não são adotadas como medida de apagar de nossa memória a falha humana em não ter identificado e solucionado a tempo as tão acessíveis causas dessas destruições que provocaram tantos desprazeres. Seriam essas intervenções uma variante do “esquecimento comandado”, termo cunhado por Ricœur (2007, p. 462) para caracterizar as operações que tendem “a apagar a memória em sua expressão de atestação e a dizer que nada ocorreu”? Isto é, seria o retorno dos bens a um estado anterior ao incêndio uma espécie de “amnésia comandada” para nos esquecermos de nossos lapsos que causaram os desfortúnios?

Nos afastando das indagações especulativas e retornando ao eixo central da arguição, chegamos ao principal ponto de nossa reflexão: com o esquecimento, uma alarmante ameaça se manifesta, a da repetição. Como coloca Gagnebin (2006, p. 47), “lutar contra o esquecimento [...] é também lutar contra a repetição do horror”. Ou seja, quando nos esquecemos dos fatos, particularmente os desfavoráveis, oportunidades surgem para que se repitam. Não estamos afirmando que o esquecido sucederá novamente tal como ocorreu. Queremos apenas salientar que, como Gagnebin (2006, p. 75) afirma, embora não haja repetições idênticas na história, existem “retomadas e variações que podem ser tão cruéis quanto, ainda que diferentes”. Um dos motivos da recorrência de fenômenos penosos, mesmo que em forma diversa da original, é propriamente o esquecimento de que algo similar já ocorreu. Pois quando esquecemos, perdemos os rastros que poderiam nos alertar sobre os erros do passado e os contratempos que eles originaram. Com a ausência desses vestígios para frear a ocorrência das mesmas falhas, estamos propensos a repeti-las.

Frente às ponderações levantadas, os esquecimentos supracitados nos inquietam por sua ameaça à preservação do patrimônio arquitetônico, em razão da possibilidade de reincidência da tragédia. Pois, como vimos, a repressão da memória da dor estabelece o cenário para sua repetição. Sem os indícios mnemônicos da vulnerabilidade desses bens, seu monitoramento periódico pode vir a ser preterido. Desprovido de cuidados apropriados, surgem novos holofotes defeituosos, novas instalações dubitáveis, dentre outros transtornos de mesma natureza que, como já foram uma vez o motivo de acidentes, poderão se repetir como a origem de novas eventualidades. Deste modo, com essas medidas interventivas que conduzem ao esquecimento, entendemos que estamos consentindo em expor outras arquiteturas patrimoniais ao risco de passarem por um processo de perdas afins às do Museu da Língua Portuguesa e da Catedral de *Notre-Dame*. Arriscamos ver serem esfacelados, mais uma vez, as histórias, os fazeres, os valores, os significados, os sentimentos e o sentido de pertencimento que nos conecta enquanto coletividade.

Arguimos que intervenções que propõem o apagamento das marcas incrustadas na matéria de um objeto patrimonial após um evento calamitoso, como as do Museu e da *Notre-Dame*, ameaçam privar de nossa memória a ocorrência dessas tragédias. O que buscamos com este artigo é interceder a favor da conservação dessas marcas da dor e provocar uma reflexão crítica que ajude na definição de estratégias interventivas a serem adotadas em bens avariados por eventos nefastos. Entendemos que a conservação das marcas da dor perpetua na coletividade as lembranças desses eventos e atuam como mecanismos mnemônicos que ajudam a evitar que tragédias como essas se repitam, ao viabilizar uma maior conscientização social sobre a fragilidade desses objetos.

Não estamos propondo nenhum ineditismo. Intervenções que conservaram as marcas das lástimas não são novidade. O Memorial da Paz<sup>4</sup>, em Hiroshima, por exemplo, é a única estrutura que restou perto do hipocentro da bomba atômica que explodiu em 6 de agosto de 1945. Ela permanece na mesma condição material logo após a explosão, tendo passado apenas por intervenções pontuais para consolidações estruturais. Tornou-se um símbolo forte e poderoso, traduzindo o tremendo poder destrutivo que a humanidade pode inventar. Outro caso afim é o do memorial construído no local do *World Trade Center*<sup>5</sup>, em Nova Iorque, destruído nos ataques de 11 de setembro de 2001, constituindo uma lacuna no coração de *Manhattan*. A proposta para o espaço, desenvolvida pelo grupo *Handel Architects*, manteve esse hiato urbano estabelecendo dois espelhos d'água para delinear a localização das antigas torres, que atuam como vazios que tornam a ausência desses volumes presente e visível. Ou seja, agem para que não nos esqueçamos que ali existiam dois arranha-céus que foram abatidos em um ataque terrorista.

Desta forma, ao invés de proporem a reconstrução desses objetos ao seu idêntico estado anterior aos eventos catastróficos, ou erguer outras edificações em seus locais, essas duas propostas conservaram o vazio deixado pelas tragédias, tornando-os memoriais de dor. São soluções categóricas, que passam a ter seu uso praticamente restrito ao monumental, análogo aos “monumentos volúveis” de Riegl ([1903] 2014, p. 31); isto é, obras que foram intencionalmente criadas para “manter sempre presente na consciência das gerações futuras algumas ações humanas ou destinos”. No entanto, existem alternativas menos radicais que optam pela conservação parcial ou pontual dessas marcas e permitem associar a função memorial a outros usos. Foi o caso da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, em Pirenópolis, na região do planalto central brasileiro, concluída em 2006. Esse templo cristão do séc. XVII foi atingido por um incêndio no dia 05 de setembro de 2002 e teve sua cobertura e parte interna, inclusive todos seus elementos artísticos integrados, destruídos pelo fogo.

Muito se discutiu sobre qual solução adotar para esse monumento destruído pelas chamas, mas, como cita Cavalcante (2018, p. 67), “a centelha decisiva para a restauração do monumento veio da manifestação coletiva da comunidade pirenopolina, que tem na Matriz o maior símbolo de sua cultura”. Portanto, restaurou-se a volumetria da igreja ao seu estado anterior ao incêndio, reinserindo-a na paisagem como o símbolo cultural local, enquanto internamente os bens artísticos (altares, forros, arcos) não foram refeitos, optando-se por composições ora revelando os substratos de taipa das alvenarias autoportantes, como as que abrigavam os altares laterais, ora inserindo novos traços contemporâneos, como no novo arco cruzeiro. Assim, parte do bem foi reconstruído *com'era, dov'era*, e outra parte conservou os sinais do incêndio, seja através da permanência de lacunas, seja inserindo elementos com nova linguagem estética. Ademais, a igreja retornou à sua função de templo religioso, agora também desempenhando, através dos sinais encravados na sua matéria, o papel de evocar os dramáticos acontecimentos de décadas atrás.

Outro caso é o do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, Brasil, assolado por um incêndio em 02 de setembro de 2018. Após o acidente, uma cooperação técnica entre instituições brasileiras e internacionais empenhadas na reconstrução do Museu foi constituída, intitulada Projeto Museu Nacional Vive. O grupo realizou uma licitação para definir a empresa responsável pelo projeto de arquitetura e restauro do bem e a proposta elaborada pelo consórcio H+F Arquitetos e Atelier de Arquitetura e Desenho Urbano foi declarada vencedora (PROJETO MUSEU NACIONAL VIVE, 2021). Até o momento, as imagens disponibilizadas da proposta interventiva, ainda em desenvolvimento, indicam que os elementos externos da edificação serão recompostos a um estado anterior ao incêndio. Contudo, internamente, há uma mistura de abordagens: alguns ambientes serão restaurados, outros receberão acréscimos contemporâneos, mas também há aqueles em que há indícios

<sup>4</sup> Para mais informações sobre o Memorial da Paz, consultar: <https://whc.unesco.org/en/list/775/>.

<sup>5</sup> Para mais informações sobre o *National September 11 Memorial*, consultar: <https://handelarchitects.com/project/national-september-11-memorial>.

de que as marcas que o desastre incrustou nas alvenarias serão conservadas. Dessa forma, a proposta retornará o Museu Nacional às suas funções museológicas e, sincronicamente, conservará algumas das cicatrizes que os incêndios deixaram nas alvenarias, incluindo-as na nova composição formal da construção, promovendo meios para que consigamos resgatar a memória da dor do fatídico episódio.

Poderemos, em algum momento, sermos criticados por aqueles que, como Nora (1993), consideram que há um excesso de desejo de memória na sociedade contemporânea, que tudo se tornou artefato de reminiscência, havendo um conjunto excessivo de instituições para preservá-la, mas não uma hierarquia para decidir o que se deve ou não lembrar. No entanto, não é este nosso propósito. Não estamos negando nosso direito e necessidade de esquecimento, como defendido por Candau (2021, p. 128), que entende que “num tempo do cotidiano e salvo algum incidente, esse esquecimento pode ser duradouro e benéfico”.

Um exemplo dessa demanda por olvidamento foi a experiência da Casa U, no Japão, projeto de Toyo Ito, uma residência da década de 1970 que o arquiteto projetou para familiares que estavam passando pela dor do luto da perda de um ente, após batalha contra o câncer. Segundo Cairns e Jacobs (2017), a proposta elaborada refletia essa conjuntura de infelicidade e introspecção. Anos depois, em 1997, quando o momento de luto da família havia se completado, a casa foi demolida por desejo dos próprios moradores, que haviam seguido em frente, enquanto a residência mantinha seu simbolismo fúnebre, difícil de alterar. Assim, a construção foi desmanchada porque seus moradores assentiram ser o momento de superar a tristeza e a existência da casa dificultava esse processo, pois mantinha latente a memória da dor.

Entretanto, não consideramos esta ser uma justificativa válida para o apagamento das marcas dos incêndios do Museu da Língua Portuguesa e da Catedral de *Notre-Dame*. Mesmo tendo causado a dor, dificilmente a lembrança desses casos impedirá que prossigamos com nossas vidas. O pesar decorrente desses eventos não foi causado por um fenômeno irremediável; ao contrário, poderia ter sido facilmente evitado com vistorias regulares nas instalações elétricas dos edifícios. Em vista disso, defendemos a rememoração dessas tragédias através da conservação de suas marcas da dor e, para tanto, sugerimos duas premissas interventivas distintas. No Museu da Língua Portuguesa, por exemplo, os sinais da combustão nas alvenarias internas poderiam ter sido mantidos pontualmente, contanto que estruturalmente estáveis, aos moldes da Igreja Matriz de Pirenópolis e do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Inclusive, vemos no contraste entre superfícies novas e deterioradas um instigante exercício criativo de composição estético-formal.

Para a Catedral de *Notre-Dame* avaliamos outro caminho, pois as marcas das chamas não atingiram as empenas da edificação com mesma intensidade, concentrando-se nas faces externas das abóbadas, espaços de menor visibilidade. Em contrapartida, poderíamos conservar as lacunas da cobertura, contudo julgamos esta medida mais prejudicial do que benéfica para a preservação da edificação. Logo, concordamos com a demanda pela reconstrução dos elementos de cobertura da Catedral, porém mediante um potencial processo para evidenciar as sequelas do desastre. Ao invés de reedificar as partes empregando os mesmos materiais, formas e técnicas-constructivas anteriores, proporíamos uma abordagem de contraste analógico. Em outros termos, optaríamos por uma sensível releitura dos elementos perdidos revertendo-os em novas formas, materiais e métodos de construção para dialogar harmoniosamente com as partes remanescentes e, paralelamente, revelar suas nuances<sup>6</sup>. Conduta a se estender tanto para as abóbadas e telhados quanto para o pináculo perdido, o qual também consentimos reerguer por sua categórica simbologia.

Assim, nos dois cenários, concomitantemente à conservação dos sinais do desastre, a operacionalização das visitas aos edifícios poderia ser continuada. No Museu da Língua Portuguesa as marcas se concentrariam internamente, consequência do próprio efeito do fogo na materialidade da edificação, enquanto na Catedral de *Notre-Dame* as manifestações do incêndio se dariam externamente, a partir de uma nova composição contrastante à remanescente. Essas são duas dentre inúmeras alternativas às propostas que foram ou estão sendo aplicadas nesses bens, passíveis de admissão mediante um minucioso e sensível estudo histórico, estético, técnico e sociocultural, que não integra o escopo deste artigo. Ainda assim, consoante

<sup>6</sup> Estratégia presente nos debates sobre preservação desde o século XIX, com o chamado restauro arqueológico, posteriormente retomada por Camilo Boito e Gustavo Giovannoni no início dos anos 1900 e reinterpretada no final do século XX por Antón Capitel e Ignasi de Solà-Morales, por exemplo.

a uma perspectiva contra-hegemônica, não deixam de ser suposições a partir das quais podemos reexaminar um modo de atuação.

## 6 Considerações finais

O objetivo deste artigo é rediscutir uma postura de reconstruir edifícios patrimoniais avariados por desastres ao idêntico estado anterior ao incidente, eliminando as marcas dos sismos, que em dois casos recentes se mostrou resultado de pensamentos hegemônicos de maior valorização dos aspectos estético-materiais das edificações. Em vista disso, nosso intuito foi defender uma abordagem interventiva antagônica, isto é, uma que conserve essas marcas. Para tanto, examinamos diferentes casos de intervenções em edificações danificadas por calamidades e os confrontamos com concepções de memória, esquecimento e repetição. Dessa análise, concluímos que os sinais dos desastres são marcas da dor capazes de reavivar a memória da dor provocada pelos desfortúnios. Sem elas, perdemos a fonte de rememoração do acontecido. A ausência de memória tem como consequência o esquecimento, que, por sua vez, desperta a ameaça da repetição do fato deslembado. Portanto, vemos nas marcas incrustadas no patrimônio arquitetônico um caminho para não olvidarmos desses infortúnios e, assim, constituir meios para não se repetirem.

À vista disso, fundamentamos essa argumentação tão enfática por uma postura interventiva contra-hegemônica, uma que conserve as marcas da dor de incêndios como os do Museu da Língua Portuguesa e da Catedral de *Notre-Dame*. Uma conservação discutida caso-a-caso, no sentido de avaliar os limites do que conservar e as possibilidades de como conservar. Podendo adotar-se tanto uma medida mais extrema, que mantenha a totalidade das marcas da tragédia mesmo que restrinja o objeto a uma função monumental, quanto uma solução mais moderada, que conserve fragmentos dessas marcas, associando o uso memorial a outros usos. Sustentamos que tragédias como essas implicam em um dever de memória “porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente” (GAGNEBIN, 2006, p. 57).

## Referências

- CAIRNS, S.; JACOBS, J. M. **Buildings must die**: a perverse view of architecture. Cambridge: The MIT Press, 2017.
- CANDAU, J. **Memória e identidade**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- CAVALCANTE, S. **Barro, madeira e pedra**: patrimônios de Pirenópolis. 1ª ed. Brasília: IPHAN, 2018.
- DELAQUA, V. Museu da Língua Portuguesa: conheça o projeto por trás da reforma. **ArchDaily Brasil**, 22 ago. 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/923350/museu-da-lingua-portuguesa-conheca-o-projeto-por-tras-da-reforma>. Acesso em: 28 abr. 2022.
- GAGNEBIN, J. M. **Lembrar escrever esquecer**. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2006.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- SANTIAGO JÚNIOR, F. C. F. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da ‘problemática dos lugares’. **Projeto História**. São Paulo, n. 52, p. 245-279, jan./abr. 2015.
- KÜHL, B. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização**: problemas teóricos de restauro. 2ª ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2018.
- LAGUNES, M. M. La restauración después de Cesare Brandi. *In*: GOMES, M. A. A. F.; CORRÊA, E. L. (orgs.). **Reconceituações contemporâneas do patrimônio**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 19-48.
- MENDES, H. **Patrimônio destruído**: o caso do Museu Nacional do Rio de Janeiro - Brasil. 2020. Dissertação (Mestrado em Patrimônio) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2020.

MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA. Alckimin assina convênio para reconstrução do Museu da Língua Portuguesa. **Museu da Língua Portuguesa**, 21 jan. 2016. Disponível em: <https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/alckmin-convenio-reconstrucao/>. Acesso em: 27 abr. 2022.

NEVES, M. Lugares de memória na PUC-Rio. **Núcleo de Memória da PUC-RIO**. Rio de Janeiro, set. 2007. Disponível em: <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/content/lugares-memoria-puc-rio>. Acesso em: 10 ago. 2022.

NORA, P. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PROJETO MUSEU NACIONAL VIVE. Projeto de arquitetura está em fase inicial. **Projeto Museu Nacional Vive**, 22 fev. 2021. Disponível em: <https://museunacionalvive.org.br/novo-museu-nacional-vai-reforçar-conexoes-com-jardins-historicos-e-a-quinta-da-boa-vista/>. Acesso em: 29 abr. 2022.

RICŒUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RIEGL, A. **O culto moderno dos monumentos**: a sua essência e a sua origem. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, [1903] 2014.

RUBINO, S. **Patrimônios e decolonialidade** – Antropologia dos patrimônios: perspectivas Decoloniais. [S. l.]: Comitê de Patrimônio e Museus da Associação Brasileira de Antropologia, 25 out. 2021. 1 vídeo (2h51min) [Webinar]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eE9xean8lY>. Acesso em: 22 abr. 2022.

SINGH-KURTZ, S. The Notre-Dame redesign debate is over - and it will look exactly the same. **Architectural Digest**, 15 jul. 2020. Disponível em: <https://www.architecturaldigest.com/story/notre-dame-redesign-debate-is-over>. Acesso em: 28 abr. 2022.

THOMPSON, H. Notre Dame fire: New cause investigated as 2024 service date confirmed. **The Connexion**, 15 abr. 2021. Disponível em: <https://www.connexionfrance.com/article/French-news/Notre-Dame-fire-New-cause-investigated-as-2024-service-date-confirmed-on-second-anniversary-of-fire>. Acesso em: 03 mai. 2022.

TOMAZ, K. Polícia conclui inquérito sobre Museu da Língua Portuguesa em SP sem apontar culpados por incêndio e morte de bombeiro. **G1 SP**, São Paulo, 04 jul. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/07/04/policia-conclui-inquerito-sobre-museu-da-lingua-portuguesa-em-sp-sem-apontar-culpados-por-incendio-e-morte-de-bombeiro.ghtml>. Acesso em: 03 mai. 2022.

UIA2021RIO. Museu da Língua Portuguesa – o recomeço. Comitê Executivo do 27º Congresso Mundial de Arquitetos **UIA2021RIO**, 01 ago. 2021. Disponível em: <https://www.uia2021rio.archi/museu-da-lingua-portuguesa-o-recomeco/>. Acesso em: 27 abr. 2022.

VOIEN, G. These 7 proposals to redesign Notre-Dame de Paris are meant to start a debate. **Architectural Digest**, 20 mai. 2019. Disponível em: <https://www.architecturaldigest.com/story/proposals-redesign-notre-dame-de-paris-start-debate>. Acesso em: 28 abr. 2022.